

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.149 - RS (2019/0300647-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **REINALDO DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 60):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. REMIÇÃO DA PENA POR DIAS TRABALHADOS. PERDA DE 1/3 COMO CONSEQUÊNCIA DE FALTA GRAVE. DECISÃO REFORMADA.

- 1. Decisão que, ao declarar a remição de pena por período trabalhado pelo apertado, aplica consectário legal da falta grave reconhecida mais de um ano antes.*
- 2. A perda dos dias remidos é corolário legal que deve ser aplicado quando do advento de falta grave, nos termos do que dispõe o artigo 127, da LEP. Entretanto, tal dispositivo legal nada refere sobre dias a remir, ou seja, ainda não computados judicialmente na data do fato, devendo limitar a perda aos dias efetivamente remidos, conforme a redação conferida pelo legislador. Decisão reformada.*

AGRAVO DEFENSIVO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 73/78), alega a parte recorrente violação do art. 127 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

Sustenta, em síntese, que o cometimento de falta grave, no curso da execução penal, autoriza a perda de até 1/3 (um terço) da totalidade dos dias

Superior Tribunal de Justiça

trabalhados até a data do cometimento da falta grave, alcançando inclusive o lapso ainda não declarado judicialmente (dias a remir).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, restabelecendo a decisão de primeira instância.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 85/90), o recurso foi admitido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 92/99).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo provimento do recurso, consoante parecer assim ementado (e-STJ fl. 112):

EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DE ATÉ 1/3 DOS DIAS TRABALHADOS ATÉ A DATA DA FALTA, AINDA QUE NÃO DECLARADOS JUDICIALMENTE REMIDOS. - PELO PROVIMENTO.

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

No que concerne à abrangência da perda de até 1/3 (um terço) dos dias trabalhados, em decorrência do cometimento de falta grave, a Corte de origem deu provimento ao agravo em execução defensivo, para afastar a perda de dias trabalhados cuja remição ainda não houvesse sido declarada judicialmente à época do fato, consignando para tanto o seguinte (e-STJ fls. 62/63):

Em decisão proferida no dia 11/03/2019, o juízo da execução, ao declarar remidos 49 dias de pena (referentes aos períodos de 19/12/2016 a 03/02/2017 e 01/08/2018 a 05/12/2018), determinou a retificação da guia com o lançamento de perda proporcional de 1/3 dos dias remidos até 07/02/2017.

Isso porque, no dia 20/02/2018, o apenado teve reconhecida a falta grave reconhecida judicialmente, sendo que uma das conseqüência impostas foi a perda de 1/3 dos dias remidos até a data da falta (fl. 11).

Tenho que assiste razão à Defesa.

A decisão atacada, em afronta à segurança jurídica, mais de um ano após o reconhecimento da falta disciplinar e

Superior Tribunal de Justiça

consequente decretação de perda dos dias remidos, ao declarar a remição de pena dos períodos de 19/12/2016 a 03/02/2017 e 01/08/2018 a 05/12/2018, determinou o lançamento da perda de 1/3 dos dias trabalhados até 07/02/2017 (data da falta grave).

*Com efeito, no que concerne à perda dos dias remidos, o artigo 127 da Lei de Execução Penal é claro ao conferir tal possibilidade ao magistrado de execução quando do reconhecimento de falta disciplinar. **No entanto, o legislador refere os dias remidos, descabendo falar em perda dos dias a remir à época do fato. por ausência de previsão legal.** Colaciono o dispositivo legal citado:*

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

A aferição das consequências legais da falta grave deve ocorrer quando de seu reconhecimento, não comportando análise posterior, como operado no caso em tela.

[...]. - grifei

Ocorre que tal posicionamento se encontra em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, firmada no sentido de que *o reconhecimento de falta grave no curso da execução penal justifica a perda de até 1/3 do total de dias trabalhados pelo apenado até a data do ato de indisciplina carcerária, ainda que não haja declaração judicial da remição, consoante a interpretação sistemática e teleológica do art. 127 da LEP (REsp 1.672.643/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 3/10/2017, DJe 9/10/2017).*

Nessa linha, os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. PERDA DE ATÉ 1/3 DOS DIAS TRABALHADOS ATÉ A DATA DO COMETIMENTO DA FALTA, AINDA QUE NÃO DECLARADOS JUDICIALMENTE.

1. A remição na execução da pena constitui benefício submetido à cláusula rebus sic stantibus em que o condenado possui apenas a expectativa do direito de abater os dias trabalhados

do restante da pena a cumprir, desde que não venha a ser punido com falta grave.

2. A perda de até 1/3 dos dias remidos não pode alcançar os dias trabalhados após o cometimento da falta grave, pena de criar uma espécie de conta-corrente contra o condenado, desestimulando o trabalho do preso Mas também não pode deixar de computar todos os dias trabalhados antes do cometimento da falta grave, ainda que não tenham sido declarados judicialmente, sob pena de subverter os fins da pena, culminando por premiar a indisciplina carcerária.

3. Recurso provido. (REsp 1517936/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/10/2015, DJe 23/10/2015).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO AO RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO DA PENA. COMETIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS, BEM COMO DOS ASSIM NÃO DECLARADOS JUDICIALMENTE. SÚMULA VINCULANTE Nº 9, DO EXCELSO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA.

1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do habeas corpus e não mais o admitem como substitutivo de recursos, e nem sequer para as revisões criminais.

2. O reconhecimento da falta grave implica a regressão de regime, e, por corolário lógico, a alteração da data-base para a concessão de nova progressão, nos termos dos artigos 50, VI, e 118, I, ambos da Lei de Execução Penal, além da perda de até 1/3 dos dias remidos.

3. Incidência da Súmula Vinculante nº 9 do STF: "O disposto no artigo 127 da Lei de Execução Penal foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58".

4. A decisão concessiva da remição tem cunho meramente declaratório, possui efeito de coisa julgada formal e está revestida da cláusula rebus sic stantibus, sendo admissível a perda dos dias remidos, ainda que trabalhados e não declarados judicialmente, anteriores à data do cometimento da falta grave.

3. Habeas corpus não conhecido. (HC 286.791/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 3/6/2014, DJe 6/6/2014).

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, a perda dos dias trabalhados deve abranger os pendentes de remição judicial, anteriores ao ato de indisciplina.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para restabelecer a decisão do Juízo da Execução que decretou a perda de 1/3 (um terço) da totalidade dos dias trabalhados até a data do cometimento da falta grave, ainda que não declarada judicialmente a remição à época da análise da infração disciplinar.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator